

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.462 - MG (2019/0265687-2)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA**
ADVOGADOS : **WEDERSON ADVINCULA SIQUEIRA E OUTRO(S) - MG102533**
 HUGO HENRIQUE LANNES ARAÚJO - MG144248
 ARMANDO CANDIDO DA CRUZ JUNIOR - MG129053
 MARCOS EZEQUIEL DE MOURA LIMA - MG136164
RECORRIDO : **ZAIA DILLY**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. TESES FIRMADAS EM RECURSO REPETITIVO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA JUÍZO DE CONFORMAÇÃO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE JUIZ FORA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que reconheceu a ocorrência de prescrição intercorrente em execução fiscal ajuizada para a cobrança de débitos de IPTU.

A parte recorrente alega violação dos arts. 535 e 538 do CPC/1973, do art. 174 do CTN e dos arts. 25 e 40 da Lei n. 6.830/1980, sustentando, em síntese: "para a decretação da prescrição por inércia do credor, tala inércia deve ser patente, o que não ocorreu neste caso, visto que o Juiz primevo sequer determinou o arquivamento dos autos, e nem mesmo possibilitou que o ora Recorrente se manifestasse em relação a possíveis hipóteses de suspensão ou interrupção do prazo. O Recorrente sempre diligenciou no sentido de satisfazer seu crédito, de modo que é inadmissível o entendimento de que este fora desidioso, restando claro o equívoco dos julgadores em relação a aplicação do instituto da prescrição intercorrente" (fl. 156).

Contrarrazões apresentadas por ZAIA DILLY (fls. 169/174).

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

Considerado isso, importa destacar que a Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.340.553/RS, realizado na sistemática dos recursos repetitivos, definiu as teses pertinentes ao procedimento para o conhecimento da prescrição intercorrente. Ficou assentado, no acórdão:

4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973):

4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º, da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da

Superior Tribunal de Justiça

não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução.

4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução.

4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera.

4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição.

4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa.

Nesse contexto, os autos deverão retornar ao Tribunal de origem para a realização do juízo de conformação com o precedente obrigatório deste Tribunal Superior, ocasião em que deverá proceder à retratação, caso a conclusão divirja do entendimento da Primeira Seção, ou negar seguimento ao recurso especial, na hipótese de estar em conformidade com as respectivas teses.

Superior Tribunal de Justiça

A respeito: AgInt no AREsp. 729.327/RS, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 05/02/2018; AgInt no REsp. 1.703.211/PR, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe 17/09/2018.

Ante o exposto, DETERMINO a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para a realização do juízo de conformação, com observância dos arts. 1.030 e 1.040 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator

